
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES**

PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES
Emissora

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

E

TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Interveniente Anuente

Data

11 de julho de 2012

Text_SP 4806047v10 9566/2 1



es. peni.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES

Pelo presente instrumento particular,

1. **PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede em Navegantes, Estado de Santa Catarina, na Rua Anibal Gaya, nº 707, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.335.341/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora" ou "Companhia");
2. **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"); e
3. **TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas 205, conjuntos 142 e 143, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Interveniente Anuente").

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes" ("Debêntures", "Emissão" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

CLÁUSULA I – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorizações societárias da Emissora. Esta Escritura, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Teconnave, conforme definidos na Cláusula 5.7 abaixo, são celebrados com base na deliberação tomada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 05 de julho de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76 e na Reunião do Conselho Administração da Companhia, realizada em 03 de julho de 2012 ("RCA").

1.2. Outras autorizações societárias O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme definido na Cláusula 5.7.1, foi aprovado em 03 de julho de 2012 pela TPI Log S.A., em Reunião do Conselho de Administração, pela Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A., em



Assembleia Geral Extraordinária e pela Starport Participações Ltda. em reunião de sócios. O Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme definido na Cláusula 3.1.18, foi aprovado em 04 de julho de 2012 pela Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") em Assembleia Geral Extraordinária e pela Teconnave Terminal de Containeres de Navegantes S.A. ("Teconnave") em Assembleia Geral Extraordinária.

1.3 Autorização para convolação das Debêntures. O "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes" ("Aditamento"), necessário para formalizar a convolação das Debêntures para espécie com garantia real, será celebrado na forma do Anexo I a esta Escritura, o qual foi aprovado na AGE, razão pela qual fica, desde já, estabelecido que não será necessária a realização de assembleia geral de acionistas da Emissora ou Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do referido Aditamento.

CLÁUSULA II – DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão é feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da AGE e a ata de RCA serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC"), e a data da AGE será publicada no "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina" e no jornal "Diário Catarinense", nos termos do artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76.

2.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESC, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76.

2.1.3. Registro Para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente pela CETIP.

2.1.4. Dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). As Debêntures serão distribuídas com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009 ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente). Por esse motivo, a presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.5. Registro dos Contratos de Garantia. Os Contratos de Garantia, conforme definidos na Cláusula 5.7 deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou em Registro Geral de Imóveis, sem prejuízo das demais medidas necessárias para seu aperfeiçoamento. Caso não seja possível o registro do Contrato de Alienação de Fiduciária de



Imóvel em razão da previsão da Condição Suspensiva, conforme definida na Cláusula 5.7.7, em até 2 (dois) dias úteis da data de liberação dos gravames existentes sobre os bens e direitos objetos dos contratos de garantia do Financiamento GE, as Partes se comprometem a celebrar e protocolar no Registro Geral de Imóveis o Contrato de Alienação de Fiduciária de Imóvel sem a previsão de Condição Suspensiva. A Emissora deverá apresentar cópia do contrato devidamente registrado ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias da data de liberação dos gravames existentes, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures. A alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, da Iceport e da Teconnave constituídas nos termos da Cláusula 5.7, deverá ser, ademais, averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, da Iceport ou da Teconnave (conforme o caso). A Emissora deverá encaminhar os Contratos de Garantia devidamente registrados, bem como as cópias dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, da Iceport e da Teconnave comprovando a averbação da alienação fiduciária das ações ao Agente Fiduciário nos prazos previstos nos respectivos contratos.

CLÁUSULA III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a exploração, operação e administração de serviços portuários seja de cargas próprias ou de terceiros; exploração, administração, operação e concessão de arrendamentos de terminais portuários; exploração, operação e administração de serviços de transporte em geral, complementares ou não às atividades portuárias, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, bem como serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios; realização de atividades de importação e exportação; operação de terminais alfandegados ou estações aduaneiras, inclusive para movimentação e armazenagem de carga alfandegada; participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

CLÁUSULA IV – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures será destinado (i) ao pagamento antecipado de empréstimo sindicalizado liderado pela General Electric Capital Corporation, objeto do “*Amended Loan and Restated Agreement*”, celebrado em 4 de junho de 2007, entre a Emissora, a Iceport, a General Electric Capital Corporation e a GE Corporate Finance Bank SAS, por meio do qual a General Electric Capital Corporation concedeu à Emissora e à Iceport um empréstimo no valor máximo de US\$182.400.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e quatrocentos mil dólares) (“Financiamento GE”) e (ii) recomposição de caixa da Emissora.

4.2. NÚMERO DA EMISSÃO. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3. NÚMERO DE SÉRIES. As Debêntures serão emitidas em série única.

4.4. VALOR TOTAL DA EMISSÃO. O valor total da Emissão é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 5.1.3 (“Valor Total da Emissão”).

4.5. COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Coordenador Líder”) e do



Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador" e em conjunto com o Coordenador Líder, "Instituições Intermediárias"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observados os artigos 3º e 4º da Instrução CVM 476.

4.5.1 No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos do inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.6. NEGOCIAÇÃO. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP sendo a liquidação financeira da negociação e a custódia eletrônica realizada pela CETIP, observando-se os termos da Instrução CVM 476.

4.6.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente Investidores Qualificados poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

4.7. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA. O banco mandatário será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, CEP 04309-010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a instituição depositária será Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, CEP 04309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

4.8. PÚBLICO ALVO. A Emissão será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados.

CLÁUSULA V – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS. São características básicas das Debêntures:

5.1.1. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 2.500 (duas mil e quinhentas) Debêntures, em série única.

5.1.3. Data de emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 11 de julho de 2012, a qual coincidirá com a data de início de distribuição ("Data de Emissão").

Text_SP 4806047v10 9566/2 5



5.1.4. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo em 11 de julho de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização facultativa e de resgate antecipado facultativo, nos termos das Cláusulas VI e VII abaixo.

5.1.5. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos.

5.1.6. Comprovação da Titularidade. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta um extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de Debêntures.

5.1.7. Conversibilidade em ações. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real.

5.1.9. Prazo e formas de subscrição e integralização. As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo dentro de 30 (trinta) dias contados da data de início da distribuição, sendo integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por meio de depósito na conta vinculada de titularidade da Emissora, nº. 130056447, agência 2271, mantida no Banco Santander (Brasil) S.A. ("Conta Vinculada"), pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Data de Integralização"), de acordo com o procedimento da CETIP.

5.1.9.1. O valor total correspondente às Debêntures e depositado na Conta Vinculada será liberado pelo Banco Administrador da seguinte forma: (i) para pagamento antecipado do Financiamento GE, a Emissora deverá apresentar ao Banco Administrador cópia de correspondência firmada pela GE indicando o montante total a ser pago e a conta corrente na qual deverão ser depositados os recursos mantidos na Conta Vinculada para este fim; e (ii) após a confirmação, pela GE, do pagamento antecipado do Financiamento GE, e após a devida comprovação, pela Emissora, de forma satisfatória ao Agente Fiduciário, do implemento das condições suspensivas previstas nos Contratos de Garantia, o saldo remanescente na Conta Vinculada, a ser destinado à recomposição de caixa da Emissora, será liberado pelo Banco Administrador.

5.2. ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.3. REMUNERAÇÃO. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, conforme a seguir disposto ("Remuneração"): 9
Puni

(i) Para o período compreendido entre a Data de Emissão e 11 de janeiro de 2013 (6 (seis) meses após a Data de Emissão): juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das



taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), acrescida de sobretaxa de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula da Cláusula 5.3.3 abaixo;

(ii) Para o período compreendido entre 12 de janeiro de 2013 (6 (seis) meses e 1 (um) dia após a Data de Emissão) e 11 de julho de 2013 (12 (doze) meses após a Data de Emissão): juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das Taxas DI, acrescida de sobretaxa de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde o último Período de Capitalização, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula da Cláusula 5.3.3 abaixo; e

(iii) Para o período compreendido entre 12 de julho de 2013 (12 (doze) meses e 1 (um) dia após a Data de Emissão) e a data de pagamento integral das Debêntures: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das Taxas DI, acrescida de sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde o último Período de Capitalização, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula da Cláusula 5.3.3 abaixo.

5.3.1. Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.3.2. Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga em 10 (dez) parcelas semestrais, estabelecidas na Cláusula 5.4 abaixo, sendo o primeiro pagamento realizado em 11 de janeiro de 2013 e o último em 11 de julho de 2017.

5.3.3. Cálculos da Remuneração. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:



J	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k	número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDIk	Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DIk	Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
FatorSpread	Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread	spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, equivalente a 1,6500 (um inteiro e sessenta e cinco centésimos), ou 2,1500 (dois inteiros e quinze centésimos), ou 2,2500 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos), conforme o caso, nos termos da Cláusula 5.3 acima, informado com 4 (quatro) casas decimais;
DP	número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;



O fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDik a última Taxa DIK divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

5.3.3.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e observado o artigo 3º da Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03, para a definição, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Tal AGD será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da AGD, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.3.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

5.3.3.3. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10



(dez) dias úteis a contar a partir da data de realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida dentre as abaixo:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva AGD, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado pro rata temporis, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um novo cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em AGD, de acordo com o estabelecido na Cláusula X abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na AGD deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

5.4. **AMORTIZAÇÃO.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas, nos percentuais e datas abaixo indicados, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição facultativa e de resgate antecipado facultativo previstas nas Cláusulas VI e VII abaixo:

Parcela	Data da amortização	Percentual de Amortização
1	11/julho/13	8,0%
2	11/janeiro/14	8,0%
3	11/julho/14	12,0%
4	11/janeiro/15	14,0%
5	11/julho/15	14,0%
6	11/janeiro/16	14,0%
7	11/julho/16	12,0%
8	11/janeiro/17	10,0%
9	11/julho/17	8,0%

5.5. **REPACTUAÇÃO.** Não haverá repactuação das Debêntures.



5.6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. São condições de pagamento das Debêntures:

5.6.1. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

5.6.2. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.6.3. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.6.4. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória convencional fixa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

5.6.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6.3, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

5.7. GARANTIAS. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principal ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Emissora por força desta Escritura, especialmente do pagamento integral e pontual das Debêntures, acrescidas da Remuneração, juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos titulares das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contam com as seguintes garantias reais:

5.7.1. Alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), celebrado entre a TPI Log S.A., a Maris Gaudium



Empreendimentos e Participações S.A., a Starport Participações Ltda., a Bakmoon Investments Inc. (em conjunto, "Garantidoras"), a Emissora e o Agente Fiduciário, as Garantidoras alienaram a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade incluindo quaisquer direitos e benefícios relacionados às ações, os quais somente serão utilizados em caso de declaração de vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula VII;

5.7.2. Alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis"), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual a Emissora alienou e transferiu a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos bens cujo valor de aquisição seja acima de R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme indicados no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis;

5.7.3. Alienação Fiduciária de imóvel de propriedade da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel") celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual a Emissora alienou e transferiu a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos imóveis registrados nas matrículas descritas no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel;

5.7.4. Cessão fiduciária da totalidade dos direitos de crédito decorrentes de contratos da Emissora, da Iceport e da Teconnave e da totalidade dos direitos emergentes da Autorização, conforme abaixo definido, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, Administração de Contas e Outras Avenças, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis") celebrado entre a Emissora, a Iceport, a Teconnave, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco administrador, e o Agente Fiduciário;

5.7.5. Alienação fiduciária da totalidade das ações da Iceport, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport"), celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Iceport, por meio do qual a Emissora alienou a totalidade das ações de emissão da Iceport de sua titularidade, incluindo quaisquer direitos e benefícios relacionados às ações, os quais somente serão utilizados em caso de declaração de vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura; e

5.7.6. Alienação fiduciária da totalidade das ações da Teconnave, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Teconnave", em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport denominados "Contratos de Garantia"), celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Teconnave, por meio do qual a Emissora alienou a totalidade das ações de emissão da Teconnave de sua titularidade, incluindo quaisquer direitos e benefícios relacionados às ações, os quais somente serão utilizados em caso de declaração de vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura.



5.7.7. Convolução da Espécie das Debêntures. As garantias constituídas por meio dos Contratos de Garantia estão condicionadas à liberação dos gravames existentes sobre os bens e direitos objetos dos contratos de garantia do Financiamento GE, conforme previsto em cada um dos Contratos de Garantia, nos termos do artigo 125 do Código Civil ("Condição Suspensiva").

5.7.7.1. Ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento na forma do modelo apresentado no Anexo I, para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação dos gravames existentes sobre os bens e direitos objetos dos contratos de garantia do Financiamento GE.

5.7.7.2. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à CETIP cópia do Aditamento devidamente protocolado perante a JUCESC no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da celebração do Aditamento e deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à CETIP cópia do Aditamento registrado perante a JUCESC e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do respectivo registro.

5.7.8. Para que não haja dúvidas, as Partes concordam que a Interviente Anuente não presta garantia fidejussória ou real em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do Código Civil Brasileiro, e, portanto, não está obrigada como fiadora e pagadora solidariamente responsável pelas obrigações da Emissora nos termos desta Escritura. A Interviente Anuente é parte nesta Escritura exclusivamente para os fins previstos na Cláusula 7.1 (I) desta Escritura, de forma que a Interviente Anuente não assume nenhuma obrigação adicional nos termos desta Escritura.

5.8. PUBLICIDADE. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Diário Catarinense" e no "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina", e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.portonave.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, da realização de qualquer publicação. Os avisos deverão ser comunicados sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso aos Debenturistas em questão. A Emissora poderá alterar os jornais de publicação por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

CLÁUSULA VI – DA COMPRA OU RESGATE DE TÍTULOS PELA EMISSORA

6.1. AQUISIÇÃO FACULTATIVA. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, (i) por valor igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

6.1.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures que não são



consideradas em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

6.2. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO. As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, a qualquer tempo, em sua totalidade ("Resgate Antecipado Facultativo"), a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, mediante pagamento (i) de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (ii) do Prêmio previsto na Cláusula 6.4.

6.2.3. Fica estabelecido que para as Debêntures registradas no SND, o Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND.

6.3 AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA. A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas antecipadamente, a qualquer tempo, parcialmente, em até 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1 ("Amortização Antecipada Facultativa"), mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 5.8 desta Escritura, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Facultativa Parcial.

6.3.1. Por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data da Amortização Antecipada Facultativa; e (b) do Prêmio previsto na Cláusula 6.4.

6.3.2. Na comunicação prevista na Cláusula 6.3. deverá constar: (a) a data da Amortização Antecipada Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado nos termos desta Cláusula, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 99% (noventa e nove por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (c) o valor da Amortização Antecipada Facultativa; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa.

6.3.3. Caso ocorra a Amortização Antecipada Facultativa de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, esta seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.4. AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA OBRIGATÓRIA. Exclusivamente na hipótese prevista nas cláusulas 8.1.2. "b" do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, as Debêntures, a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, deverão ser obrigatoriamente amortizadas antecipadamente, até o limite do montante depositado na Conta Centralizadora Portonave a título de Indenização(ões) Emergente(s) (tudo conforme



definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis) e, em nenhuma hipótese, por valor superior a 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), amortização essa que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1 ("Amortização Antecipada Obrigatória"), mediante comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Antecipada Obrigatória.

6.4.1. Por ocasião da Amortização Antecipada Obrigatória, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida (a) dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data da Amortização Antecipada Obrigatória; e (b) do Prêmio previsto na Cláusula 6.5.

6.4.2. Na comunicação prevista na Cláusula 6.4 deverá constar: (a) a data da Amortização Antecipada Obrigatória; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado nos termos desta Cláusula; (c) o valor da Amortização Antecipada Obrigatória; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Obrigatória.

6.4.3. Caso ocorra a Amortização Antecipada Obrigatória de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, esta seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.5. PENALIDADE POR RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA OBRIGATÓRIA

6.5.1. Nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo ou de Amortização Antecipada Facultativa ou de Amortização Antecipada Obrigatória, a Emissora deverá pagar o valor remanescente devido aos Debenturistas, somado a uma penalidade ("Prêmio") sobre o valor resgatado ou amortizado, de acordo com a tabela abaixo:

<i>Meses Decorridos da Data de Emissão (M)</i>	<i>Prêmio sobre o valor resgatado ou amortizado</i>
8<M≤12	0,60%
12<M≤18	0,50%
18<M≤24	0,40%
24<M≤30	0,35%
30<M≤36	0,30%
36<M≤42	0,25%
42<M≤48	0,20%
48<M≤54	0,15%
54<M≤60	0,10%

CLÁUSULA VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO AUTOMÁTICO. Observado o disposto na Cláusula 7.3, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações



da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura;
- b. (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; (ii) pedido de auto-falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; ou (iv) se a Emissora e/ou qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora propuserem plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, se não devidamente elidido no prazo legal;
- d. caso a Emissora dê aos recursos captados por meio da Oferta Restrita destinação distinta à estabelecida nesta Escritura;
- e. caso os gravames existentes sobre os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia em decorrência do Financiamento GE não sejam formal e devidamente liberados mediante: (i) o protocolo dos termos de liberação nos cartórios competentes em até 02 (dois) dias úteis após a Data de Integralização das Debêntures; e (ii) a liberação de todos os gravames, segundo os termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis após a Data de Integralização das Debêntures, exceto se o prazo for estendido a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que razoavelmente justificado pela Emissora.
- f. não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial contra a Emissora e/ou qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, exceto na medida em que tenham sido (i) apresentadas garantias suficientes em juízo, no prazo legal; (ii) constituídas provisões para o seu pagamento; ou (iii) suspensos os efeitos da respectiva decisão, em razão de recurso interposto pela Emissora;
- g. participação pela Emissora em qualquer operação que faça com que as declarações e garantias prestadas nesta Escritura deixem de ser verdadeiras ou que resulte na violação de qualquer obrigação assumida pela Emissora;



- h. sem autorização dos Debenturistas, celebração, pela Emissora e/ou por qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, de contratos de mútuo, exceto os celebrados (i) na qualidade de devedora, com pessoas jurídicas componentes do seu grupo econômico, desde que o pagamento de tais contratos esteja totalmente subordinado ao pagamento integral das Obrigações Garantidas; e (ii) na qualidade de credora, com a Icept e/ou com a Teconnave, desde que em valor inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- i. não cumprimento, na data prevista, de obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, independentemente de valor, assumida em qualquer documento ou contrato não relacionado às Debêntures (tais como, mas não limitado a contratos de empréstimo, financiamentos, entre outros) firmado com os Debenturistas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicáveis;
- j. não cumprimento, na data prevista, de obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora em valor individual que exceda, individualmente ou de forma conjunta, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), assumida em qualquer documento ou contrato firmado com terceiros, respeitado o prazo de cura previsto no respectivo contrato;
- k. cancelamento, revogação ou rescisão pela Emissora, por qualquer de seus acionistas e/ou por quaisquer de suas sociedades controladas, dos Contratos de Garantia e/ou desta Escritura, ou caso as Debêntures tornem-se inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a Emissora, quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas por decisão judicial ou arbitral, ou caso a exequibilidade de qualquer desses instrumentos seja contestada pela Emissora, por quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas, ou ainda, caso a Emissora, quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas negue ter responsabilidade sobre quaisquer desses instrumentos;
- l. alteração do atual controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quórum previsto na Cláusula 10.6, aprovem referida alteração;
- m. sem prejuízo do disposto na alínea anterior, liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula 10.6 e a Reorganização Permitida. Para fins desta Escritura, "Reorganização Permitida" significa a reorganização societária da Emissora descrita no Anexo III desta Escritura;
- n. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;



- o. venda, transferência ou alienação de ativos ou participações societárias da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora cujo valor agregado seja superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), desde a Data de Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto (i) na medida em que tais ativos sejam substituídos por outros de idêntica finalidade, ou (ii) caso sejam dados em garantia os ativos a serem adquiridos após a Data de Emissão;
- p. redução de capital social da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora após a Data de Emissão das Debêntures e/ou resgate de ações pela Emissora, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, em AGD especialmente convocada para esse fim; ou
- q. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista se (i) o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida, definido e calculado conforme alínea "q" abaixo, for inferior a 1,4 (um vírgula quatro); ou (ii) a Emissora estiver em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura.

7.2. HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO POR DECISÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS. Observado o disposto na Cláusula 7.3, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.2.1, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do descumprimento, sendo certo que o prazo de 10 (dez) dias úteis previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese desta Cláusula 7.2;
- b. alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que, a critério dos Debenturistas, afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures;
- c. (c.i) descumprimento por parte da Emissora, de leis, normas, regulamentos, durante a vigência das Debêntures, que afetem ou que possam afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura, em especial a não apresentação, à ANTAQ, de informações previstas na regulamentação em vigor, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e exceto se tais leis, normas ou regulamentos estiverem com sua exigibilidade e/ou efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa; (c.ii) aplicação de multa, pela ANTAQ, em valor unitário igual ou superior R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se relacionada à movimentação de cargas do Terminal, para a qual o valor unitário seja igual ou superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e/ou (c.iii) instauração de procedimento administrativo, pela ANTAQ, que tenha por objeto o término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização;



- d. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nos Contratos de Garantia;
- e. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso a Emissora obtenha decisão que permita a regular continuidade das atividades do Terminal dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da autorização ou licença relevante em questão ou haja previsão legal ou regulamentar expressa autorizando a Emissora prosseguir com suas atividades no caso de não renovação da autorização ou licença. Revogados, suspensos ou reconsiderados os efeitos da Decisão, a hipótese de vencimento antecipado não automático prevista nesta Cláusula restará imediatamente caracterizada;
- f. provarem-se falsas, insuficientes, incorretas ou inconsistentes qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura ou por quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas nos demais Contratos da Emissão;
- g. autuações fiscais da Emissora ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor não pago em valor unitário, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou cujo valor agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cuja eficácia não tenha sido suspensa por decisão judicial ou contestada no devido prazo legal;
- h. protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor não pago em valor unitário, seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou cujo valor agregado igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se no prazo legal (i) o protesto tenha sido cancelado ou suspenso; (ii) tenham sido prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado, ou (iii) o montante protestado for devidamente quitado;
- i. suspensão por mais de 10 (dez) dias corridos ininterruptos, término, revogação, cassação ou anulação, por qualquer motivo, da autorização de exploração do terminal portuário de uso privativo misto, localizado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegante, Estado de Santa Catarina ("Terminal"), cuja autorização foi outorgada à Emissora pelo Termo de autorização n.º 096 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ ("ANTAQ"), de 22 de março de 2004 ("Autorização"), exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa ("Decisão") que permita a regular continuidade das atividades do Terminal dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização, ou (ii) data de recebimento, pela Emissora, de notificação comunicando o término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização, o que ocorrer primeiro. Revogados, suspensos ou reconsiderados os efeitos da Decisão, a hipótese de vencimento antecipado prevista nesta Cláusula estará imediatamente caracterizada; ou



- j. constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das ações de emissão da Emissora e/ou da Iceport e/ou da Teconnave;
- k. celebração, rescisão ou aditamento a qualquer documento, inclusive acordo de acionistas, caso tal celebração, rescisão ou aditamento estabeleça ou modifique direitos de disposição sobre as ações de emissão da Emissora e/ou da Iceport e/ou da Teconnave, tais como tag along ou drag along, direitos de preferência, celebração de compromisso ou de opção de venda e de compra de ações ou de valor mobiliários conversíveis em ações;
- l. alteração nas preferências, vantagens e condições das ações de emissão da Emissora e/ou da Iceport e/ou da Teconnave, exceto pelas alterações decorrentes da Reorganização Permitida;
- m. caso seja deliberada em assembleia geral da Emissora quaisquer matérias que, nos termos dos artigos 136 e 137 da Lei n.º 6.404/76 e/ou do Estatuto Social da Emissora, confira aos acionistas da Emissora direito de recesso/retirada;
- n. não apresentação do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Navegantes, Estado de Santa Catarina e São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo previsto no referido instrumento;
- o. caso a Emissora deixe de manter os seguintes Índices Financeiros, os quais serão apurados trimestralmente com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora:

Dívida Líquida/EBITDA \leq 2,50x durante o período de vigência das Debêntures de 2012

EBITDA – Impostos + Variação de Capital de Giro – CAPEX não financiado / Principal + Juros $> 1,3 \times$ ("Índice de Cobertura de Serviço da Dívida")

Onde:

Dívida Líquida: a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, saldo devedor de programa de parcelamento fiscal, passivos resultantes de operações de derivativos em que a Emissora e/ou suas controladas sejam parte, dívidas contraídas com partes relacionadas que não sejam totalmente subordinadas às Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo (rubricas caixa e aplicações financeiras no ativo circulante). Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida.

EBITDA: o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social,



adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Impostos: o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período.

Variação Capital de Giro: a Necessidade de Capital de Giro referido no período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue: [(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras] – [Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo]

CAPEX não financiado: os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados no mesmo período para financiamento de tais investimentos.

Principal: principal de dívidas durante o referido período.

Juros: juros de dívidas durante o referido período.

7.2.1. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, exceto pelo item “i” acima, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº. 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM nº 28/83”).

7.2.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, e ao Banco Mandatário, informando tal evento.

7.2.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada no item acima.

7.3. VENCIMENTO ANTECIPADO. Observados os prazos, as formas e as condições aqui previstos, e verificada qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 7.1 ou, após a decisão dos Debenturistas, reunidos em Assembléia Geral, nos termos da Cláusula 7.2, para a declaração do vencimento antecipado para as hipóteses previstas na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário deverá, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.



7.4. PAGAMENTO. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, (ii) Prêmio, nos termos da Cláusula 6.2.2 acima, (iii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iv) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- a. cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas nos Contratos de Garantia;
- b. encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - b.1. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, e, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de empresa de auditoria independente, a qual deve ser uma das quatro opções: KPMG, Ernst&Young, Deloitte ou PWC);
 - b.2. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, suas demonstrações financeiras consolidadas;
 - b.3. na mesma data em que os documentos previstos nas alíneas (b.1) e (b.2) acima forem entregues ao Agente Fiduciário, cópia de demonstrativo de apuração do índice financeiro previsto na Cláusula 7.1 "s" acima, com sua respectiva memória de cálculo com declaração da Emissora, assinada por seus representantes legais, atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado;
 - b.4. dentro de 05 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas que afetem ou possam afetar os interesses dos Debenturistas;
 - b.5. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
 - b.6. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII acima, imediatamente após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes, previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
 - b.7. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, relatório de acompanhamento socioambiental contendo a descrição das atividades



socioambientais desenvolvidas pelas Emissora e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas licenças de operação;

- b.8. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 10 (dez) dias após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão;
- b.9. enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- b.10. qualquer advertência, notificação de penalidade de multa e/ou instauração de procedimento administrativo que tenha por objeto a movimentação de cargas do Terminal e que possa afetar de maneira adversa e relevante a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta, bem como qualquer notificação envolvendo o término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização, enviada pela ANTAQ, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento; e
- b.11. declaração assinada por um de seus administradores, em até 2 (dois) dias úteis antes da Data de Emissão, listando as ações judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais, inquérito ou outro tipo de investigação de qualquer natureza que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou afetar de forma negativa a Emissão.
- c. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- d. atender integralmente as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial no artigo 17, cujas disposições estão abaixo transcritas:
 - d.1. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com a regulamentação da CVM;
 - d.2. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - d.3. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



- d.4. manter os documentos mencionados no item (c.3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
- d.5. observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- d.6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente as Instituições Intermediárias; e
- d.7. fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- e. enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d.3) do subitem (d) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
- f. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g. arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) todos os custos com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Escriturador e assessores legais;
- h. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND) previstos nesta Escritura;
- i. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e/ou sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- j. convocar a AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- k. comparecer às AGD sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- l. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- m. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



- n. notificar o Agente Fiduciário, em 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer ato ou fato que (a) ocasione a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) a critério da Emissora, cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura;
- o. efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura;
- p. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- q. observados os termos dos Contratos de Garantia, não dar as ações e nem os bens alienados fiduciariamente, nos termos da Cláusula 5.7 desta Escritura, em garantia ou transferir os direitos cedidos fiduciariamente, nos termos da Cláusula 5.7 desta Escritura, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- r. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- s. cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças, da Autorização e demais aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;
- t. cumprir, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- u. observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- v. celebrar em 60 (sessenta) dias, a contar da celebração da presente Escritura, contrato de movimentação mínima do terminal portuário de Navegantes, em condições satisfatórias às Instituições Intermediárias.



- w. manter atualizadas todas as certidões negativas expedidas pelos órgãos ambientais que fiscalizam as suas atividades, incluindo, sem limitação, FATMA; e
- x. manter a Autorização em conformidade com os requerimentos da ANTAQ; e
- y. não vender, transferir, alienar e/ou dar em garantia as ações de emissão da Iceport e Teconnave de propriedade da Emissora.

CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. NOMEAÇÃO. A Emissora nomeia e constitui Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificado, como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

9.2. DECLARAÇÕES. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/83;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura e nos Contratos de Garantia, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- g. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- h. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- i. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- j. estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- k. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- l. que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- m. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e demais autoridades competentes;
- n. que é instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- o. que verificou a regularidade da constituição das garantias previstas nos Contratos de Garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- p. não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto aquelas descritas no Anexo II desta Escritura.

9.3. SUBSTITUIÇÃO. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.4.

9.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

9.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28/83, e eventuais normas posteriores.



9.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na JUCESC.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula 5.8.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28/83.

9.4. DEVERES E ATRIBUIÇÕES. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- j. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, e desde que permitido pela legislação aplicável,;
- k. convocar, quando necessário, a AGD da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.8, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia, sumário das deliberações tomadas e, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5. resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - m.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;



m.10. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

(m.10.1) denominação da Emissora;

(m.10.2) valor da emissão;

(m.10.3) quantidade de debêntures emitidas;

(m.10.4) espécie;

(m.10.5) prazo de vencimento das debêntures;

(m.10.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e

(m.10.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

n. disponibilizar o relatório de que trata o inciso “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(n.1) na sede da Emissora;

(n.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

(n.3) na CVM;

(n.4) na CETIP;

(n.5) na sede do coordenador líder; e

(n.6). declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures.

o. publicar, às expensas da Companhia, mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que relatório a que se refere a alínea “m” acima ou informá-los que o referido relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “n” acima ;

p. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o a instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente



Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;

- q. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- r. notificar os Debenturistas, individualmente, se possível individualmente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser:
 - (r.1) a CVM;
 - (r.2) à CETIP;
 - (r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar; e
 - (r.4) à Emissora.
- s. divulgar as informações referidas na Cláusula 9.4(m)(10) em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- t. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- u. assegurar, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo II a presente Escritura, bem como aos Debenturistas da Oferta; e
- v. outorgar procuração nos termos da *Payoff Letter* firmada pela entre a Emissora, a GE e o Banco Administrador.

9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula VII:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira;



- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperação judicial; e
- e. excutir as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c", e "e" da Cláusula anterior, se, convocada a AGD, aquela assim o autorizar, nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28/83. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1.

9.6. REMUNERAÇÃO. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- a. parcelas anuais de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes até o vencimento das Debêntures, ou enquanto o Agente Fiduciário estiver no exercício das atividades de representação dos Debenturistas;
- b. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;
- c. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devido;
- d. O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- e. As remunerações do Agente Fiduciário acima elencadas não incluem as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante reembolso, após prévia aprovação, apresentação de relatório de despesas e devida comprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;



- f. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- g. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

9.7. DESPESAS. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega pelo Agente Fiduciário, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM n.º 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas.

9.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

9.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula 9.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:



- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. À Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.3. CONVOCAÇÃO. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

10.3.1. A AGD deverá ser realizada no prazo máximo de 8 (oito) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da segunda convocação.

10.3.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.4. QUORUM DE INSTALAÇÃO. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, observando-se que será considerada regular a AGD a que comparecerem todos os Debenturistas, independentemente de convocação.

10.4.1. Para os fins desta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas



coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

10.5. MESA DIRETORA. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

10.6. QUORUM DE DELIBERAÇÃO. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) da Remuneração; (iv) liberação, substituição e/ou reforço das Garantias; ou (v) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da AGD previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na Cláusula 10.6.1.

10.6.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer AGD da presente Emissão, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob o controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras de referidas sociedades, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como dos administradores de referidas sociedades.

CLÁUSULA XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Emissão e a constituição das garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora, não há qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador da Autorização para a realização da Emissão ou para a constituição das garantias;
- c) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem a Autorização ou qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) os representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali



estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

- e) a celebração desta Escritura, bem como a celebração dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultem na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelos ônus constituídos nos termos dos Contratos de Garantia, (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (v) não infrinjam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESC e do registro das Debêntures na CETIP;
- g) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais e pela ANTAQ para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, ou a intervenção, revogação ou cancelamento da Autorização;
- h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- i) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- j) exceto pelas ações do capital social da Companhia dadas em garantia nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e pelos direitos creditórios de propriedade da Iceport e da Teconnave dados em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de



Recebíveis, todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, mediante implementação da Condição Suspensiva, livres e desembaraçados de quaisquer constringências ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;

- k) as informações fornecidas pela Companhia por ocasião da Oferta Restrita (consideradas como um todo), incluindo, mas não se limitando às informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Restrita, das Debêntures, da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e suas coligadas, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- l) não omitiu quaisquer fatos relevantes em relação à Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e coligadas, ou às Debêntures que sejam de seu conhecimento, cuja omissão, no contexto da Oferta Restrita, faça com que qualquer declaração ou informação fornecida aos investidores seja materialmente enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- m) está em dia com pagamento de todas as obrigações municipal, estadual e federal de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- n) exceto conforme informado ao Agente Fiduciário nos termos do item (b.11) da Cláusula 8.1 acima, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação de qualquer natureza que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou afetar de forma negativa a Emissão;
- o) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- p) possui todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- q) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- r) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- s) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme prática de mercado, junto a seguradoras de reconhecida capacidade financeira no mercado brasileiro; e



- t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

11.3. As declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura subsistirão até o pagamento integral das Debêntures, ficando cada um deles responsáveis por eventuais danos que decorram da inveracidade ou inexistência destas declarações.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. COMUNICAÇÕES. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

- a. Para a Emissora:

Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes

Rua Anibal Gaya, nº. 707
CEP: 88.375-000, Navegantes, SC
At. Osmari Castilho
Telefone: (47) 2104 3300
Fax: (47) 2104 3301
E-mail: ocastilho@portonave.com.br

- b. Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar
CEP: 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Tel: (11) 2172 2628
Fax: (11) 3078 7264
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

- c. Para a Interveniente Anuente:

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A

Rua Olimpíadas 205, conjuntos 142 e 143
CEP: 01454-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Sandro Antonio de Lima
Sra. Paula Paulozzi Villar
Sr. Hermes Oliveira
Tel: (11) 2169 3999



Fax: (11) 2169 3969
E-mail: sandro.lima@triunfo.com
paula.villar@triunfo.com
hermes.oliveira@triunfo.com

d. Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar
CEP 04309-010
São Paulo, SP
At. Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029 1910
Fac-símile: (11) 5029 1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

e. Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar
CEP 04309-010
São Paulo, SP
At. Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029 1910
Fac-símile: (11) 5029 1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

f. Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº. 230, 11º andar
CEP: 20031-170
Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fac-símile: (21) 2252-4308/ 2262-5481
ou
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 1.663, 4º andar
CEP 01452-001
São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido



pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e à Instituição Depositária pela Emissora.

12.2. RENÚNCIA. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. LEI APLICÁVEL. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.5. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6. INDEPENDÊNCIA DAS CLÁUSULAS. Caso uma ou mais Cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

12.7. CORREÇÃO DE VALORES. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Escritura, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

12.8. DESPESAS. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures bem como da constituição das garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, do Agente Escriturador, dos assessores legais e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.



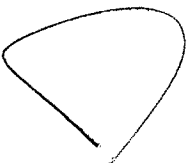
12.9. FORO. Fica eleito o Foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 3 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo, 11 de julho de 2012.

[Restante da página intencionalmente deixada em branco]

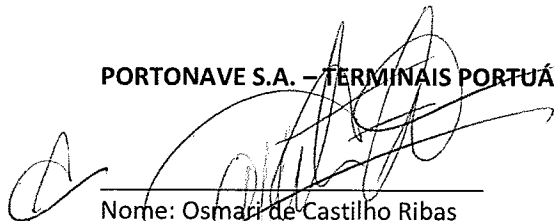




Text_SP 4806047v10 9566/2 41



[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES]

PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES

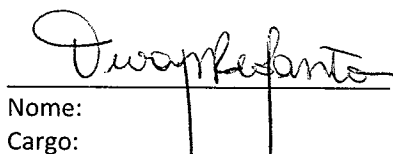


Nome: Osmani de Castilho Ribas
Cargo: Diretor Superintendente Administrativo
RG nº: 3.257.325-8 PR

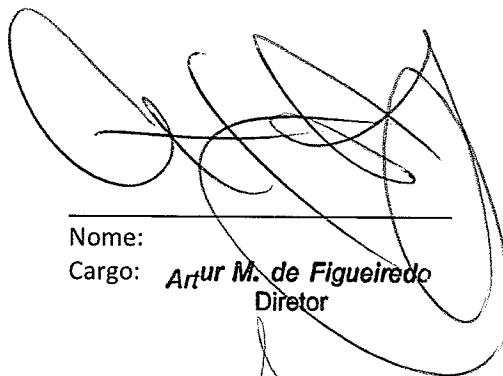


Nome: Rene Duarte e Silva Junior
Cargo: Diretor Superintendente Operacional
RG nº: 28.534.336-1-SP

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

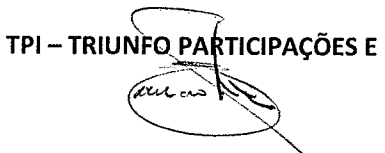


Nome:
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora



Nome:
Cargo: **Artur M. de Figueiredo**
Diretor

TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

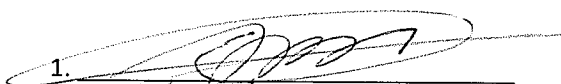


Nome:
Cargo: **Sandro Antonio de Lima**
RG: 15.258.444-4
CPF: 061.867.548-55

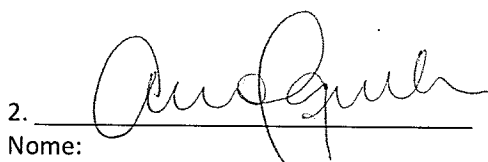


Nome:
Cargo: **Carlo Alberto Bottarelli**
RNE: W031334-P
CPF: 185.211.779-68

TESTEMUNHAS

1. 

Nome: **Filipe de Campos**
RG nº: 35.524.495-6

2. 

Nome:
RG nº: **Ana Cecilia Salles Dunder Aquila**
CPF 263 370 208-20
RG 26 614 034-8



ANEXO I

MODELO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES



Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and a smaller one below it.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES

Pelo presente instrumento particular,

PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede em Navegantes, Estado de Santa Catarina, na Rua Anibal Gaya, nº 707, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.335.341/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “Emissora” ou “Companhia”);

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados “Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”); e

TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas 205, conjuntos 142 e 143, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Interveniente Anuente”).

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente “*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes*” (“Debêntures”, “Emissão” e “Aditamento”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base na Cláusula 1.4. do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes” celebrada em 11 de julho de 2012 (“Escritura”), não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral de acionistas da Emissora para sua realização.

2. ARQUIVAMENTO

2.1. Este Aditamento será inscrito na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”), nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76.



3. RETIFICAÇÕES

3.1. O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de garantia quirografária para com garantia real.

3.2. Ademais, serão excluídas as Cláusulas 1.3 e 5.7.7 e fica alterada a Cláusula 5.1.8, da Escritura, que passa a ter a respectiva redação:

“5.1.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real.”

3.3. Ficam renumeradas as Cláusulas posteriores à Cláusula 5.7.7, em vista da sua exclusão nos termos da Cláusula 3.2. acima.

4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

[Local e data]

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Text_SP 4806047v10 9566/2 45



Handwritten signature.

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS EMISSÕES

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures:

*2ª Emissão de Debêntures da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A – ECONORTE, que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 120.000.000,00
Quantidade de Debêntures emitidas:	120 (cento e vinte)
Espécie:	As debêntures são da espécie quirografária, e adicionalmente contam com garantia real
Prazo de Vencimento das Debêntures	As debêntures terão prazo de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2017
Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:	(a) alienação fiduciária de 51% das ações de emissão da Emissora; (b) penhor de 2º grau de 49% das ações de emissão da Emissora, e de todos os direitos incorrentes sobre elas; (c) vinculação dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi por meio de conta centralizadora vinculada, (d) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes da conta da Emissora e da conta da Rio Tibagi, e dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi decorrente de certos contratos; e (e) cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão detida pela Emissora junto ao Banco do Brasil; e (g) fiança prestada por TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.
Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período	Resgate Antecipado: A Emissora poderá, partir da Data de Emissão, mediante deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o seu consecutivo cancelamento, mediante pagamento de seu Valor Nominal Unitário de [i] remuneração e [ii] prêmio, nos termos da Cláusula 4.13.1 da Escritura de Emissão. Amortização: O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 12 parcelas semestrais consecutivas, com início em 10/11/2011 e a última em 10/05/2017. Conversibilidade: As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora; Repactuação: Não se aplica a presente emissão; Inadimplemento no período: Não aplicável

*1ª Emissão de Debêntures da Maestra Navegação e Logística S.A., que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 80.000.000,00
Quantidade de Debêntures emitidas:	Foram emitidas 80 (oitenta) Debêntures
Espécie:	As debêntures são da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória.
Prazo de Vencimento das Debêntures	As debêntures terão prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015
Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:	As Debêntures são da espécie quirografária e contam com garantias adicionais fidejussória e real, representadas, respectivamente, pela fiança prestada por TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A e



	pela alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo de titularidade da Vessel Log, hipoteca da embarcação Westerdeich.
Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período	<p>Resgate Antecipado: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da data de emissão, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em circulação.</p> <p>Amortização: O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de julho de 2012 e o último pagamento em 15 de julho de 2015.</p> <p>Convertibilidade: As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;</p> <p>Repactuação: Não se aplica a presente emissão;</p> <p>Inadimplemento no período: Não aplicável</p>

*1ª Emissão de Debêntures da Rio Canoas Energia S.A., que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 150.000.000,00
Quantidade de Debêntures emitidas:	150 (cento e cinquenta) Debêntures
Espécie:	As debêntures são da espécie com garantia real, e contam adicionalmente com garantia fidejussória.
Prazo de Vencimento das Debêntures	As debêntures terão prazo de 12 (doze) meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2012
Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:	A presente emissão possui garantias de natureza Real, representada pela [i] alienação fiduciária de ações da Emissora, formalizado através de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações devidamente registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, bem como a respectiva transcrição no Livro de Registro de Ações da Emissora; [ii] alienação fiduciária de direitos emergentes do Contrato de Concessão da UHE Garibaldi, formalizado através de Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos Emergentes, devidamente registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo e ainda adicionalmente contam com a fiança prestada por TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período	<p>Resgate Antecipado: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da data de emissão, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures em circulação.</p> <p>Amortização: O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 01 parcela única na data de vencimento.</p> <p>Convertibilidade: As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;</p> <p>Repactuação: Não se aplica a presente emissão;</p> <p>Inadimplemento no período: Não aplicável</p>

*1ª Emissão de Debêntures da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$60.000.000,00
Quantidade de Debêntures emitidas:	Foram emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures
Espécie:	As Debêntures são da espécie subordinada, contando com garantia adicional fidejussória pela Construtora Triunfo S.A.
Prazo de Vencimento das Debêntures	A Data de Vencimento será no 5º dia útil do mês de janeiro de 2013



Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:	<p>As debêntures da presente emissão são da espécie subordinada, isto é, concorrem ao patrimônio da Emissora em subordinação aos demais créditos (inclusive quirografários), gozando de preferência tão somente sobre o crédito de seus acionistas. Contam ainda com garantia adicional fidejussória pela acionista controladora da Emissora, Construtora Triunfo S.A., fiadora da presente emissão.</p>
Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período	<p>Resgate Antecipado: Não se aplica à presente emissão;</p> <p>Amortização: A Emissora promoverá a amortização integral das debêntures da presente Emissão, em 5 parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira no 84º mês</p> <p>Conversibilidade: As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;</p> <p>Repactuação: Não se aplica a presente emissão;</p> <p>Inadimplemento no período: Não aplicável</p>

Handwritten signature and initials

Handwritten signature

Handwritten signature

Text_SP 4806047v10 9566/2 48



Handwritten signature

Anexo III

REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA

A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo"), com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, maximar sinergias, minimizar os custos operacionais, financeiros, administrativos e tributários relacionados ao exercício das suas atividades, conduzirá reorganização societária envolvendo as seguintes empresas integrantes de seu grupo econômico:

- (i) A TPI-LOG S.A. ("TPI-LOG"), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.228.616/0001-78, acionista da MG e sócia da Starport, ambas abaixo definidas;
- (ii) A Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("MG"), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 07.524.126/0001-04, acionista da Portonave – Terminais Portuários de Navegantes S.A. ("Portonave"); e
- (iii) A Starport Participações Ltda. (atual denominação da PNP Participações Ltda.) ("Starport"), inscrita no CNPJ/MF sob no. 08.928.535/0001-39, também acionista da Portonave.

A reorganização societária pretendida envolve a cisão parcial da TPI-LOG com versão de parte do acervo cindido para a MG e parte para a Starport e a subsequente incorporação da MG e da Starport na Portonave. A participação societária, seja direta ou indireta, da Triunfo na Portonave será mantida no mesmo percentual após a implementação da reorganização societária. A reorganização societária pretendida não afetará o capital social ou a composição societária da Triunfo, envolvendo apenas as empresas mencionadas acima. A reorganização societária será implementada de modo a manter a integridade do patrimônio das empresas envolvidas e o fluxo de dividendos. Os atos societários descritos acima serão realizados com base em documentação hábil e idônea, incluindo a elaboração de laudos de avaliação por empresa especializada que avalie os ativos e passivos na cisão parcial da TPI-LOG e o incorporação da MG e Starport na Portonave.

